

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO ESPAÇO CAMPONÊS: A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA NO INÍCIO DOS ANOS 2020.

Fernando Alves de Araújo ¹
Indira Cavalcante da Rocha Marques ²

RESUMO

A pesquisa busca investigar, de forma preliminar, como os processos de reprodução do espaço geográfico vinculados a reprodução de processos de violência indireta/estrutural se manifestam no município de Cametá-PA, principalmente considerando a relação entre espaços de formas-conteúdo urbanos e/ou rurais, referentes, especialmente, à infraestrutura educacional que atende a população camponesa cametaense, considerando a problemática do acesso e da qualidade da educação pública ofertada para as comunidades rurais e vilas do município de Cametá a partir de uma perspectiva geográfica, partindo da seguinte questão problema: Como se organiza espacialmente a infraestrutura de educação pública municipal que atende as comunidades rurais e vilas do município de Cametá-PA? Os procedimentos metodológicos envolveram consulta bibliográfica, levantamento/análise documental e produção de banco de dados geográficos e mapas temáticos. Sobre a organização espacial das escolas, a maioria delas se localizam em função da hidrografia do território cametaense, principalmente nas ilhas e nas margens do rio Tocantins, ao longo da porção central-leste do município, bem como nas margens do rio Cupijó, (porção oeste do município). A quantidade de estudantes matriculados segue essa tendência, tendo sua maioria frequentando escolas “ribeirinhas”. Isso aponta para uma especificidade relacionada a predominância de meios hidroviários de acesso. Além disso, evidencia-se a necessidade de mecanismos para a promoção do enfrentamento à violência não apenas como repressão aos seus eventos, mas também na promoção de políticas públicas e ações civis que promovam equidade no processo de (re)produção do espaço, seja rural ou urbano, que ataquem as condições da (re)produção da violência indireta e estrutural.

Palavras-chave: Distribuição Espacial, Escolas Municipais, Geoprocessamento, Espaço Rural, Violência Indireta.

ABSTRACT

The research seeks to investigate, in a preliminary way, how the processes of reproduction of geographic space linked to the reproduction of processes of indirect/structural violence manifest themselves in the municipality of Cametá, Pará, particularly considering the relationship between urban and/or rural form-content spaces, especially regarding the educational infrastructure that serves the rural population of Cametá. We also considered the issues of access and quality of public education offered to the rural communities and villages of the municipality from a geographic perspective, starting from the following problem question: How is the municipal public education infrastructure that serves the rural communities and villages of the municipality of Cametá, Pará, spatially organized? The methodological procedures involved bibliographical consultation, document survey/analysis, and the production of geographic information system and thematic maps. Regarding the spatial organization of schools, most are located along the hydrographic axis of Cameta, primarily on the islands and banks of the Tocantins River, along the central-eastern portion of the municipality, as well as on the banks of the Cupijó River

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Pará – FAGEO/CANAN/UFPA, nandoalves@ufpa.br

² Professora Doutora da Universidade Federal do Pará – FGC/IFCH/UFPA, indiramarquesgeo@gmail.com

(western portion of the municipality). The number of enrolled students follows this trend, with the majority attending riverside schools. This points to a specificity related to the predominance of waterways. Furthermore, it highlights the need for mechanisms to promote the fight against violence, not only by repressing its occurrences, but also by promoting public policies and civil actions that promote equity in the process of (re)producing space, whether rural or urban, and that address the conditions of (re)producing indirect and structural violence.

Keywords: Spatial Distribution, Municipal Schools, Geoprocessing, Rural Space, Indirect Violence.

INTRODUÇÃO

A razão para a construção deste trabalho se apoia na ambição de investigar como esses processos de reprodução do espaço geográfico vinculados a reprodução de processos de violência indireta/estrutural se manifestam no município de Cametá-PA, principalmente considerando a relação entre espaços de formas e conteúdos urbanos e/ou rurais, referentes, especialmente, à infraestrutura educacional que atende a população camponesa cametaense. Diante do exposto, busca-se aqui, como um primeiro movimento de pesquisa, se debruçar sobre a problemática do acesso e da qualidade da educação pública ofertada para as comunidades rurais e vilas do município de Cametá a partir de uma perspectiva geográfica, partindo da seguinte questão problema: Como se organiza espacialmente a infraestrutura de educação pública municipal que atende as comunidades rurais e vilas do município de Cametá-PA (no início dos anos 2020)?

A relevância científica dessa pesquisa se apoia na necessidade de conhecermos a concepção formativa e suas interligações com interesses políticos, econômicos, ideológicos e sociais. Acumulando estudos sobre a organização espacial e a infraestrutura da educação pública das escolas do campo, possibilitando suporte para estudos posteriores sobre esse objeto de pesquisa recente.

A relevância social em compreender sobre a relação entre espaços de formas e conteúdos urbanos e/ou rurais, referentes especialmente à infraestrutura educacional que atende a população camponesa cametaense, trazendo reflexões para os sistemas de ensino nas comunidades escolares sobre os aspectos da participação e autonomia individual e coletiva (Souza, 2010).

A relevância acadêmica consiste no crescimento técnico e científico sobre os documentos, as reflexões e estudo sobre o espaço geográfico como um elemento fundamental na reprodução social. Aprimorando a práxis profissional no exercício pedagógico. Objetivando alcançar a meta proposta sobre a temática abordada é poder refletir a respeito da organização

espacial das escolas do campo é sua contribuição para educação, analisando de que forma elas contribuem para sistema de ensino e possuem seus desdobramentos para sua realização no âmbito escolar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como uma pesquisa descritiva/exploratória. Os dados foram submetidos a uma análise quali-quantitativa, com o uso de estatística descritiva (Gil, 2002). Os procedimentos metodológicos utilizados foram a consulta bibliográfica, o levantamento e análise documental e de registro fotográfico e a produção de banco de dados geográfico e mapas temáticos, detalhados a seguir.

A consulta bibliográfica foi feita a partir de obras (livros e artigos científicos) que abordam os conceitos de produção do espaço, organização espacial, violência indireta/estrutural e/ou escolas do campo para refinamento do referencial teórico conceitual da pesquisa, tais como Araújo e Chagas (2020), Dornelles (2017), Galtung (1996), Corrêa (1986), Santos (2009), Carlos (2008, 2016), Caldart (2012) e Marques (2008), entre outros.

Já o levantamento e análise documental e de registro fotográfico foi realizada a partir de dois documentos fornecidos pela prefeitura municipal de Cametá, instituição pública responsável pela infraestrutura de educação em nível municipal, o primeiro intitulado “Diagnóstico das Escolas do Município de Cametá” (SEMED-Cametá, 2021) e segundo, intitulado “Situação e Localização das Escolas”, este último traz diversos dados tabulados em planilha eletrônica acerca do referido diagnóstico apresentado no primeiro documento.

A produção de banco de dados geográficos (BDG) e mapas temáticos que representam a distribuição espacial das escolas públicas que atendem as vilas e comunidades rurais de Cametá foi realizada com o auxílio do software de geoprocessamento QGIS 3, que permite a integração entre os dados de localização geográfica das escolas municipais, presente na planilha digital, com o banco de dados digital produzido a partir das informações do diagnóstico das escolas municipais de Cametá (SEMED-Cametá, 2021), ambos fornecidos pela prefeitura municipal de Cametá.

A partir da representação e análise dos dados presentes neste BDG, foram gerados os produtos cartográficos apresentados nos resultados deste relatório, na forma mapas temáticos que representam a organização das escolas municipais de Cametá a partir de temas ligados à infraestrutura e funcionamento das escolas municipais cametaenses no ano de 2021.



REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo do paradigma que abarca o espaço geográfico como um elemento fundamental na reprodução social, com a dialética de produto, meio e condição das relações sociais, o espaço geográfico é uma dimensão da reprodução social e, logo, também das suas relações de produção (Carlos, 2008, 2016). Diante deste paradigma, ao focar nosso “olhar” para o espaço temos a possibilidade de vislumbrar não apenas o que é imediatamente perceptível – a paisagem, a organização espacial, (Corrêa, 1986; Santos, 2009), a materialidade – a forma, mas também analisar o seu conteúdo social. Assim, o padrão de habitação precário não seria apenas uma questão arquitetônica, urbanística ou sanitária, por exemplo, mas expressa também relações sociais, econômicas e políticas.

Desta forma, a precariedade do habitar implicaria em um viver precário, isso não seria apenas uma violência em si, mas também uma facilitadora de outras formas de violência, inclusive a partir de práticas e abordagens de segurança pública que são propostas para enfrentar a questão, mas que na verdade tendem a contribuir para sua reprodução, como as chamadas abordagens institucionalista e culturalista, expressas pelo aparelhos de Estado, ao tratar o problema a partir da falta de maior repressão policial, que por sua vez, de forma geral, concentra sua truculência em determinados grupos sociais que vivem em espaços precários. (Araújo; Chagas, 2020; Cerqueira; Lobão; Carvalho, 2005; Dornelles, 2017; Galtung, 1996; Misse, 2008).

O espaço geográfico produto dessa dinâmica, que atua também como seu (re)produtor, é marcado por desigualdades e contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que se materializa em uma urbanização precária e que produz e reproduz um espaço que expressa essa precariedade, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo. A desigualdade e as contradições se materializam pelo espaço, expressas materialmente na infraestrutura precária e em fenômenos que surgem e retroalimentam esse processo, como a violência, não simplesmente entendida como evento, mas também como processo e permanência (Chagas, 2014; Galtung, 1996; Haesbaert, 2014; Lira, 2017; Souza, 2008).

O conceito de violência aqui se apoia nas ideias de Galtung (1996), que se ancora no distanciamento entre realização e potencialidade, numa abordagem que a toma mais como um fenômeno social e menos do que como um fato em si, definindo que “[...] a violência está presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que suas realizações efetivas,

somáticas e mentais, ficam abaixo de suas realizações potenciais [...]” (Galtung, 1996, *apud* Dominguez et al., 2002, p. 24).

Portanto, é violência também quando não há a garantia ampla a direitos que dão base para a reprodução da vida com qualidade, autonomia e justiça social, considerando as possibilidades econômicas e políticas (incluída aí a técnica), tal como direito à habitação digna, saúde de qualidade, educação para formação autônoma, emprego pleno etc., ou seja, temas que se relacionam diretamente com o cotidiano e a forma como o espaço é (re)produzido. Essa perspectiva de violência foca nas determinações e implicações sociais do fenômeno, é antropocêntrica e considera ampla gama de aspectos que levam a não realização plena dos sujeitos, como a falta de condições socioespaciais objetivas e subjetivas para tal.

Em outras palavras, a produção do espaço (urbano e rural) que ocorre a partir de um modelo de desenvolvimento que promove a violência estrutural e a violência cultural, na formulação de Galtung (1996), tende a (re)produção de cidade e campos violentos, sendo tal violência entendida como evento (violência direta), processo (violência estrutural) e permanência (violência cultural) (Quadro 1). As práticas de planejamento e gestão municipal que ignoram, seja por negligência ou como parte de um projeto (Souza, 2010), a relação dialética entre espaço (produto, condição e meio) e as relações sociais em uma estrutura social violenta, contribuiriam, em nossa visão, para a (re)produção de um espaço de violência e criminalidade.

Quadro 1 - Tipos de violência segundo Galtung (1996).

TIPO	MANIFESTAÇÕES	ESFERAS DE PODER	ADJETIVAÇÃO TEMPORAL	ORDEM DO FLUXO CAUSAL
Violência Direta	Dor e/ou ferimentos físicos e psicológicos causados por um sujeito definido	Militar (ou uso da força em geral)	Evento	3º
Violência Estrutural (Indireta)	Dor e/ou ferimentos físicos e psicológicos causados por processos de Exploração, Repressão, Marginalização, Precarização, etc.	Política e Econômica	Processo	2º
Violência Cultural	Simbólico Representativas para a legitimação das duas anteriores	Cultural	Permanência	1º

Fonte: O autor, baseado em Galtung (1996).

Em suma, é preciso entender os eventos e processos de violência, atrelados ou não ao fenômeno criminalidade, não como uma característica intrínseca à urbanidade, não é uma mazela urbana, mas sim a mazela de uma sociedade urbanizada que se pauta na produção voltada para acumulação ampliada e baseada na exploração e na (re)produção da desigualdade (Haesbaert, 2014; Misse, 2008; Santos, 2007; Souza, 2008). Assim, a (re)produção da violência (em todas as suas formas) não ocorre de forma isolada e nem como um “desvio de rota” – de forma accidental, ela é, pois, estruturalmente produzida – ocorre de forma sistemática.

Entretanto, na contramão desse paradigma de (re)produção socioespacial, o movimento/fenômeno da Educação do Campo – que se configura para além da dimensão educacional, pois abarca desde a luta por políticas públicas para que os trabalhadores camponeses tenham acesso a uma educação que traga como ponto de partida e de chegada a sua própria realidade mas também outras lutas nas esferas do trabalho, da produção, até da transformação da estrutura fundiária com democratização do acesso à terra – protagonizado pelos movimentos e organizações camponesas, propõe um paradigma de (re)produção do espaço pautado na ética e na territorialidade camponesa, que tem como base os conceitos de família, terra, trabalho, coletividade, reciprocidade e no uso como valor (em oposição à lógica capitalista: pautada na individualidade, na competição e no valor de troca). (Caldart, 2012; Marques, 2008).

Diante disso, entende-se que a Educação do Campo é um movimento que busca também enfrentar a violência, seja a mais direta, como a morte de camponeses em conflitos fundiários, mas também a violência estrutural, na medida que busca ampliar o potencial de (re)produção social dos sujeitos camponeses, como na luta pela democratização do acesso à terra para produção familiar camponesa, pela garantia de direitos à bens e serviços básicos que respeitem as especificidades histórico-geográficas, começando pelo o acesso à educação. Em outras palavras, a Educação do Campo como um movimento que enfrenta a precarização da vida no campo enfrentaria os processos que culminam em violência estrutural e eventos de violência direta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NA ÁREA RURAL DE CAMETÁ

ASPECTOS GERAIS.

De acordo com o diagnóstico de infraestrutura dos prédios das escolas (SEMED-Cametá, 2021), o município de Cametá conta com 197 escolas públicas municipais de educação básica, distribuídas em 8 distritos, a saber: Cametá (52 escolas, 26,4%), Juaba (37 escolas, 18,8%), Curuçambaba (27 escolas, 13,7%), Vila do Carmo do Tocantins (24 escolas, 12,2%), Janua Coeli (21 escolas, 10,7%), Carapajó (17 escolas, 8,6%), Porto Grande (12 escolas, 6,1%) e Torres do Cupijó (7 escolas, 3,6%), não constando registro de escolas nos distritos de Areião e Moiraba. Porém, importante frisar que o distrito de Porto Grande não consta na base de dados

da Divisão Territorial Brasileira do IBGE (IBGE, 2021), que registra apenas 9 distritos para Cametá no total. O referido distrito ocuparia, segundo fonte local, área referente à parte sul do distrito de Carapajó e noroeste do distrito de Moiraba (STR-CAMETÁ, 2022).

Do total de escolas públicas municipais, 178 (90,4%) delas estão localizadas na área rural do município de Cametá (fora do perímetro urbano da sede municipal), enquanto 19 (9,6%) se localizam no perímetro urbano da sede do município. Juntas, as escolas somam 882 salas de aula – das quais 82,2% estão em escolas localizadas na área rural do município, e 32.741 estudantes matriculados - dos quais 71,8% estão em escolas fora do perímetro urbano.

Entretanto, de acordo com os dados apresentados pela planilha digital fornecida pela prefeitura municipal com a localização das escolas municipais de Cametá, o município contaria com 198 escolas ativas, uma a mais do que o documento do diagnóstico nos apresenta, essa ficaria no distrito de Cametá, e seria a E.M.E.I.F. de Ferreira (Bom Vento), localizada no ramal Ferreira, área rural do distrito de Cametá. No campo “situação” [da vistoria] ela apresenta o dado “não realizada”, indicando que, provavelmente, a escola foi desativada entre o levantamento anterior, apresentado parcialmente na planilha digital, e o realizado em 2021, apresentado no documento do diagnóstico. Assim, apesar do documento apresentar 181 escolas municipais fora da sede de Cametá, nossa análise considerou apenas 178 escolas classificadas como ativas, ficando de fora a escola citada anteriormente e as escolas E.M.E.I.F. de Balique (localizada na ilha Balique) e a E.M.E.I.F. de Jaboti Apepu (no sítio Jaboti Apepu), totalizando 178 escolas municipais ativas fora da sede municipal de Cametá .

De acordo com os dados, das 178 escolas representadas no mapa, 65 delas (36,5%) estão localizadas no que chamamos de área insular de Cametá, nas ilhas do rio Tocantins, um número igual de escolas está localizada em área continental oeste de Cametá, enquanto 45 escolas (25,3%) estão localizadas na área continental leste de Cametá. Por fim, 3 escolas (1,7%) estão localizadas fora do território municipal de Cametá.

Considerando os distritos administrativos do IBGE, a maioria das escolas do campo se concentram nos distritos de Cametá (56 escolas) e Juaba (36 escolas), seguido pelo Curuçambaba (21 escolas), Carapajó e Janua Coeli (ambas com 16 escolas cada), Moiraba (10 escolas), Torres do Cupijó (9 escolas), Areião (8 escolas) e, por fim, distrito de Vila do Carmo do Tocantins (3 escolas). Lembrando que três escolas estão fora da sede municipal, nos distritos de Igarapé-Miri (município de Igarapé-Miri, 2 escolas) e Oeiras do Pará (município de mesmo nome, 1 escola).

Outro aspecto relevante é que cerca de 66,9% das escolas (119 escolas) estão localizadas próximo (pelo menos 200m) de algum curso d'água representado no mapa, enquanto que 23,6% (42 escolas) se localizam próximos (pelo menos 200m) de estradas ou em áreas com solo urbanizado. Assim, as escolas se concentram principalmente nas ilhas, nas margens do rio Tocantins e ao longo do rio Cupijó. Caracterizando que a maioria das escolas de Cametá se relaciona, de acordo com o mapa, com algum curso hídrico, indicando que o principal meio de transporte escolar seria hidroviário.

SALAS DE AULA E NÚMERO DE MATRÍCULAS.

De acordo com os dados do diagnóstico, as escolas públicas municipais da área rural de Cametá têm entre 1 e 13 salas de aula. Cerca de 44,4% delas tem entre uma e duas salas de aula (39 e 40 escolas, respectivamente). De acordo com os dados, a maioria dessas escolas se localiza na área terrestre oeste do município de Cametá, e estão distribuídas nos distritos de Cametá, Juaba e Torres do Cupijó.

Todavia, um total de 7 escolas tem entre 10 e 13 salas de aula e se distribuem em todas as áreas do município, com mais escolas nas áreas terrestres (oeste e leste) do que na área insular, distribuídas nos distritos de Areião, Januá Coeli, Moiraba, Carapajó, Vila do Carmo do Tocantins e Cametá.

Com relação ao número de estudantes, 43,8% das escolas contam com até 50 estudantes, sendo que o menor número em uma escola é 07 estudantes, na E.M.E.I.F Rio Arimande, e o maior número é 744 estudantes, na E.M.E.I.F Nossa Senhora do Carmo.

De acordo com os dados do sistema de informações geográficas produzido, cerca de 35% dos estudantes matriculados nas escolas públicas municipais da área rural frequentam escolas localizadas na área insular do município, enquanto cerca de 33,6% estudam em escolas localizadas na área territorial leste e 31,2% dos estudantes frequentam escolas na área terrestre oeste. Outro aspecto na organização espacial é que cerca de 60,2% dos estudantes frequentam escolas “Ribeirinhas” (localizadas à até 200m de um curso d'água representado no mapa).

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS DO CAMPO MUNICIPAIS DE CAMETÁ: PARECER DA ENGENHARIA SOBRE O PRÉDIO ESCOLAR.

Com relação ao parecer dos profissionais da prefeitura para serviços de engenharia em relação à intervenção necessária nos prédios escolares, as classes de parecer que o documento apresenta são treze, a saber: Construir (Sem Prédio), Demolir e Reconstruir, Desativação,



Desativação e Unificação, Em Bom Estado, Reforma, Reforma (Conclusão), Reforma e Ampliação, Reforma e Contenção, Reforma e Unificação, Unificação (Reforma/Ampliação), Unificação e, por fim, Unificação e Construção. Para fins de análise, tais classes foram agrupadas em oito outras classes, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Classes Agrupadas de Parecer da Engenharia sobre os Prédios Escolares.

CLASSES AGRUPADAS	CLASSES NO DOCUMENTO	QUANT. DE ESCOLAS	%
EM BOM ESTADO	EM BOM ESTADO	10	5,62
REFORMA OU REFORMA E AMPLIAÇÃO	REFORMA; REFORMA E CONTENÇÃO; REFORMA (CONCLUSÃO); REFORMA E AMPLIAÇÃO	89	50
DEMOLIR E RECONSTRUIR	DEMOLIR E RECONSTRUIR	16	8,99
CONSTRUIR (SEM PRÉDIO)	CONSTRUIR (SEM PRÉDIO)	24	13,48
UNIFICAÇÃO E REFORMA	REFORMA E UNIFICAÇÃO; UNIFICAÇÃO (REFORMA/AMPLIAÇÃO)	04	2,25
UNIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO	UNIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO	23	12,92
UNIFICAÇÃO E DESATIVAÇÃO	UNIFICAÇÃO; UNIDIFICAÇÃO E DESATIVAÇÃO	11	6,18
DESATIVAÇÃO	DESATIVAÇÃO	01	0,56
TOTAL		178	100

Fonte: O autor baseado em SEMED-CAMETÁ (2021).

A classe “Em Bom Estado” foi atribuída à 10 escolas, representando menos de 6% do total, e se distribuem nos distritos de Juaba (4 escolas), Janua Coeli (3 escolas), Torres de Cupijó (2 escolas) e Curuçambaba (1 escola). Quatro destas escolas estão na área insular do município de Cametá, uma na sua área terrestre leste e cinco na sua área terrestre oeste, de acordo com a Figura 1.

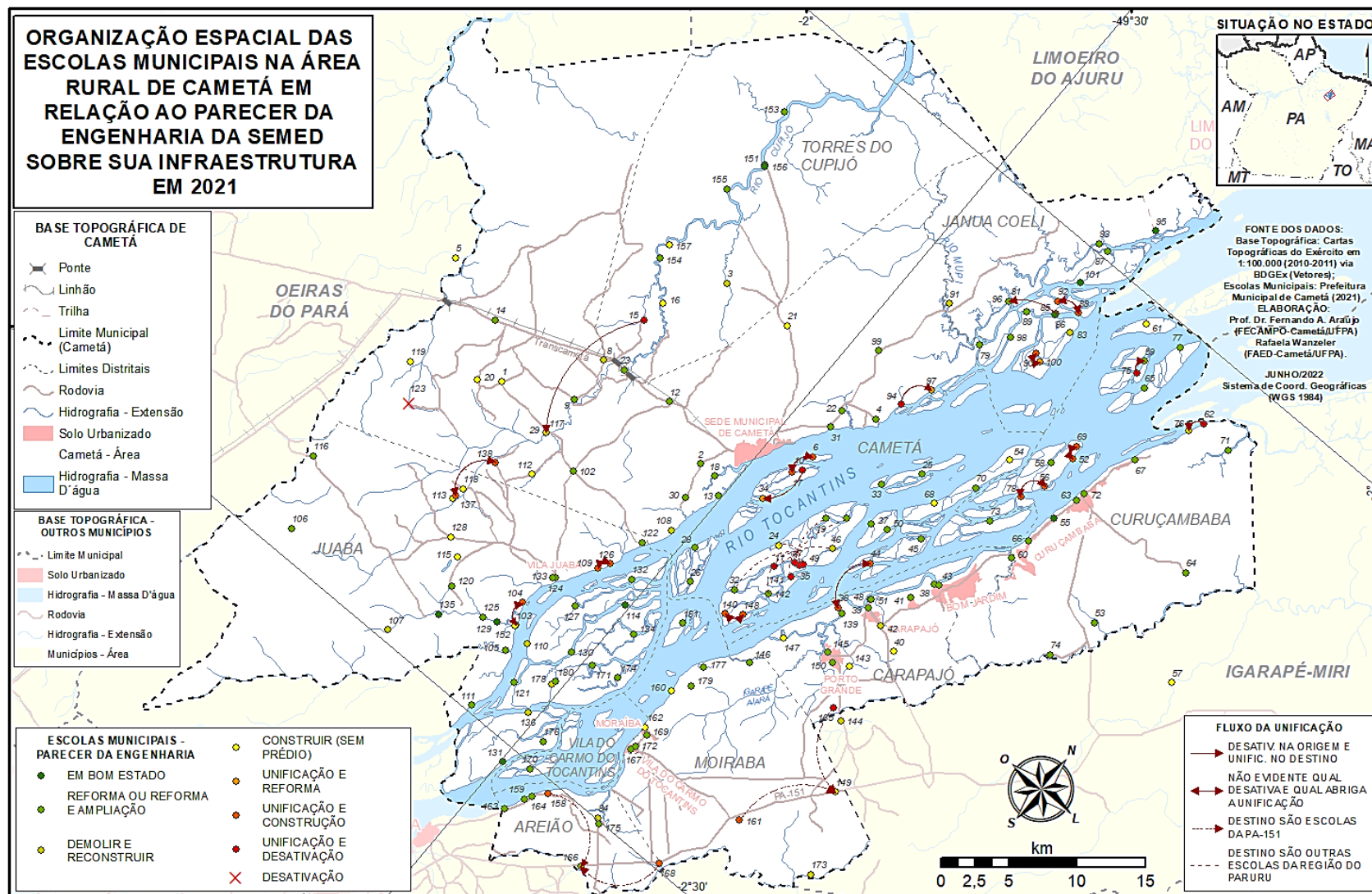


Figura 1 - Organização Espacial das Escolas Públicas Municipais na Área Rural de Cametá de Acordo com o Parecer da Engenharia em 2021.

Exemplos de escolas que o prédio escolar foi classificado com a categoria “Em bom estado”, incluem a E.M.E.I.F. de Mutuacá de Baixo (localizada na área insular de Cametá, no distrito de Juába), a E.M.E.I.F. de Curuperé (localizada na margem leste do rio Tocantins, no distrito de Curuçambaba) e a E.M.E.I.F. de João Ferreira de Souza (localizada no rio Cupijó, na área oeste do município, no distrito de Torres do Cupijó). Tais escolas aparentam ter sido (re)construídas ou reformadas recentemente.

A equipe de engenharia emitiu parecer de “Reforma” para 89 escolas fora da sede municipal de Cametá, que representa a metade do total dessas escolas, elas estão distribuídas de forma quase igual entre a área insular e as áreas terrestres leste e oeste do município (com 30, 29 e 30 escolas em cada uma, respectivamente). Como exemplos nesta classe de parecer temos a E.M.E.I.F. Achilles Raniere (localizada na área terrestre oeste do distrito do município e no distrito Cametá), a E.M.E.I.F. Professora Raimunda Pontes (localizada na área insular do município de Januá-Coeli) e a E.M.E.I.F. Santa Maria de Catalão (localizada na área terrestre leste do distrito de Moiraba) (Figura 2 e Figura 3).



Figura 2 - Escolas Classificadas como "Reforma". A) E.M.E.I.F. Santa Maria de Catalão (48);
B) E.M.E.I.F. Achilles Raniere (69);

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021)



Figura 3 - E.M.E.I.F. Professora Raimunda Pontes (158), classificada com o parecer “Reforma”.

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021)

Considerando a distribuição nos distritos, classe de parecer “Reforma” compreende à 48,2% das escolas em Cametá (fora da sede), 50% das escolas no Juaba, 57,1% das escolas no Curuçambaba, 62,5% das escolas em Carapajó, 37,5% das escolas em Januá-Coeli, 62% das escolas em Areião, 50% das escolas em Moiraba, 100% das escolas em Vila do Carmo do Tocantins e 33,3% das escolas em Torres do Cupijó.

Com relação ao parecer de “Demolir e Reconstruir”, 16 das escolas (8,9%) receberam esta classificação, por estarem com suas edificações em condições precárias e/ou contarem com estrutura inadequada para seu funcionamento como escola, a E.M.E.I.F. de Três Lagos (localizada na área terrestre leste do município, no distrito de Carapajó), E.M.E.I.F. Santa Maria (localizada na área insular do distrito do Juaba) e E.M.E.I.F. de Igarapé da Prata (localizada na área terrestre oeste do município, no distrito de Cametá).

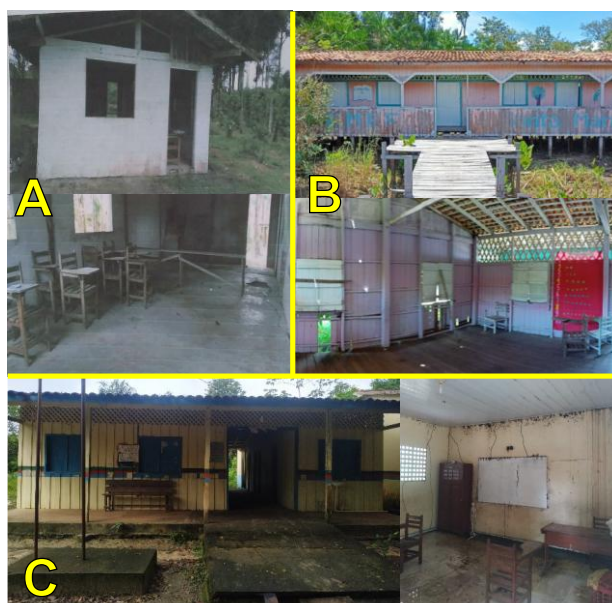


Figura 4 - Escolas Classificadas como "Demolir e Reconstruir": A) E.M.E.I.F. de Três Lagos (96); B) E.M.E.I.F. Santa Maria (21); C) E.M.E.I.F. Igarapé da Prata (8).

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021).

Essa classe de parecer da engenharia se distribui em escolas de quase todos os distritos, exceto no de Vila do Carmo do Tocantins, tendo mais representações nos distritos de Cametá e Juaba, que também são os que tem o maior número de escolas do município. Pelo registro fotográfico, estas parecem ser escolas que, apesar de terem um prédio escolar próprio, este não é adequado para a execução das atividades ou está com sua infraestrutura totalmente comprometida.

Já a classe “Construir (Sem Prédio)”, que foi atribuída à 24 escolas (13,5%) fora da sede municipal de Cametá, seria para escolas que precisam ainda ter seus prédios construídos, uma vez que ocupam construções emprestadas e/ou improvisadas como escola, como, por exemplo, a E.M.E.I.F de Mangabal (localizada na área terrestre do distrito de Cametá), que funciona em um barracão de madeira da comunidade São Sebastião do Mangabal; a E.M.E.I.F. São João do Cupijó (as margens de um afluente do rio Cupijó, no distrito de Torres do Cupijó), cujo prédio aparenta estar inacabado e castigado pelas intempéries do tempo; e as escolas E.M.E.I.F. de Marinteua (Umapijó, localizada na área terrestre oeste do município, no distrito de Juaba) e E.M.E.I.F. de Praia Grande (localizada na área insular de Curuçambaba), que funcionam em um telheiro (construção com teto e sem paredes) (Figura 5).



Figura 5 - Escolas Classificadas como "Construir (Sem Prédio)": A) E.M.E.I.F. de Mangabal (61); B) E.M.E.I.F. São João do Cupijó (134); C) E.M.E.I.F. de Marinteua (Umapijó) (44); D) E.M.E.I.F. de Praia Grande (178).

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021).

Escolas sem prédio estão distribuídas por todos os distritos, exceto em Vila do Carmo do Tocantins e Areião, principalmente em Cametá (5 escolas na área terrestre e 3 na área insular) e Juaba (5 escolas na área terrestre). Duas escolas nessa categoria estão localizadas fora

dos limites municipais, uma no município de Oeiras do Pará e a outra no município de Igarapé-Miri.

A classe de parecer da engenharia “Unificação” se subdivide em “Unificação e Reforma”, “Unificação e Construção” e “Unificação e Desativação”. A primeira delas foi atribuída à 4 escolas, sendo três no distrito de Cametá (2 na área terrestre e 1 na área insular), e 1 na área insular do distrito Januá-Coeli. Infere-se que essa subclasse se refere às escolas que receberão as demandas educacionais de outras escolas que serão fechadas, mas que precisam também de reforma no seu prédio escolar, como, por exemplo, a E.M.E.I.F. Virgem Maria (localizada na área insular do distrito de Cametá) e a E.M.E.I.F. Santa Maria de Ovídio (localizada na área insular do distrito Januá-Coeli).

Sobre a subclasse de “Unificação e Construção”, esta foi atribuída pelo parecer à 23 escolas fora da sede municipal de Cametá, nenhuma delas está localizada no distrito de Torres do Cupijó, nem em Vila do Carmo. Porém, foram enquadradas nessa classe do parecer da engenharia cerca de 10,7% (6) das escolas do distrito de Cametá, 13,9% (5) das escolas do distrito do Juaba, 19% (4) das escolas do distrito Curuçambaba, 25% das escolas dos distritos Janua Coeli (4 escolas) e de Areião (2 escolas) e uma escola de cada um dos distritos de Carapajó e de Moiraba. Do total de escolas com essa classe, cerca de 60,9% (14) estão na área insular do município. Esta pode ser representada pela E.M.E.I.F São Francisco, na área terrestre do distrito de Cametá, e a E.M.E.I.F Costa Rica, na área insular do município, no distrito do Curuçambaba (Figura 6).



Figura 6 - Escolas Classificadas como "Unificação e Construção": A) São Francisco (138); B) E.M.E.I.F. Costa Rica (52).

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021).

Por fim, sobre a subclasse “Unificação e Desativação”, esta foi atribuída à 11 escolas no município, a maioria delas (7) estão na sua área insular e no distrito de Cametá (6 escolas na área insular), que também é o distrito com mais escolas nessa subclasse, que se refere às escolas que terão seus prédios fechados e suas atividades transferidas para o prédio de outra escola

municipal. Essa subclasse pode ser representada pelas E.M.E.I.F de Santa Maria, no distrito de Carapajó, área terrestre leste do município e E.M.E.I.F Santa Márcia, no distrito de Curuçambaba, área insular do município (Figura 7).



Figura 7 – Escolas Classificadas como "Unificação e Desativação": A) E.M.E.I.F. de Santa Maria (165); B) E.M.E.I.F. Santa Márcia (75).

Fonte: Baseado no registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021).

A última classe atribuída às escolas municipais pela equipe de engenharia da prefeitura é a “Desativação”, que tem como representante apenas uma escola a E.M.E.I.F do Breu (Figura 8), que não consta nenhuma informação sobre sua unificação com outras escolas.



Figura 8 - Escola Classificada como "Desativação", E.M.E.I.F. Do breu (123).

Fonte: Registro fotográfico em SEMED-CAMETÁ (2021).

Diante do exposto, considerando apenas o observado no registro fotográfico, percebe-se que as escolas que receberam o parecer da engenharia em “Bom Estado” apresentam prédio escolares com, pelo menos, a infraestrutura mínima para não serem caracterizadas como precárias, pois, aparentemente, não representam um ambiente insalubre para a realização das atividades escolares. Já as escolas com o parecer da engenharia “Reforma”, sejam as que foram indicadas para unificação ou não, estariam ainda no limite para uma possível insalubridade e, conseqüente precarização do processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, as escolas que receberam as demais classes de parecer apresentam, segundo o registro fotográfico, ambientes insalubres para atividades escolares, tanto pela situação de conservação do prédio, quanto pela sua estrutura e equipamentos impróprios para as atividades e conforto dos estudantes, docentes e técnicos que atuam nestas escolas. Essa é uma análise ainda preliminar, que considera apenas os dados apresentados no registro fotográfico do diagnóstico, que ainda necessita de um maior detalhamento a partir de outras fontes, porém funcionaria, ao nosso ver, como uma primeira aproximação da realidade das escolas municipais cametaenses.

Desta forma, é importante lembrar que, conforme expomos no referencial teórico, o padrão de construção precário não seria apenas uma questão arquitetônica, restrita a materialidade, mas expressa também relações sociais, econômicas e políticas, ou seja, o seu conteúdo socioespacial, as relações imateriais de reprodução social. Assim, a precariedade dos edifícios escolares expressa um processo de precarização da vida dos sujeitos atendidos por essas escolas e daqueles que nelas trabalham. O que, como dito anteriormente, não seria apenas uma violência em si, mas também uma facilitadora de outras formas de violência (Araújo; Chagas, 2020; Carlos, 2016; Corrêa, 1986; Galtung, 1996; Santos, 2009; Souza, 2008).

Diante disso, como uma forma de síntese, o mapa da Figura 9 representa a organização espacial das escolas municipais na área rural do município de Cametá, classificadas de acordo com a precariedade dos prédios escolares, realizada a partir das classes de parecer da engenharia, considerando a infraestrutura não precária daquelas classificadas como “Em Bom Estado” ou como “Reforma ou Reforma e Ampliação” no diagnóstico da infraestrutura destas escolas.

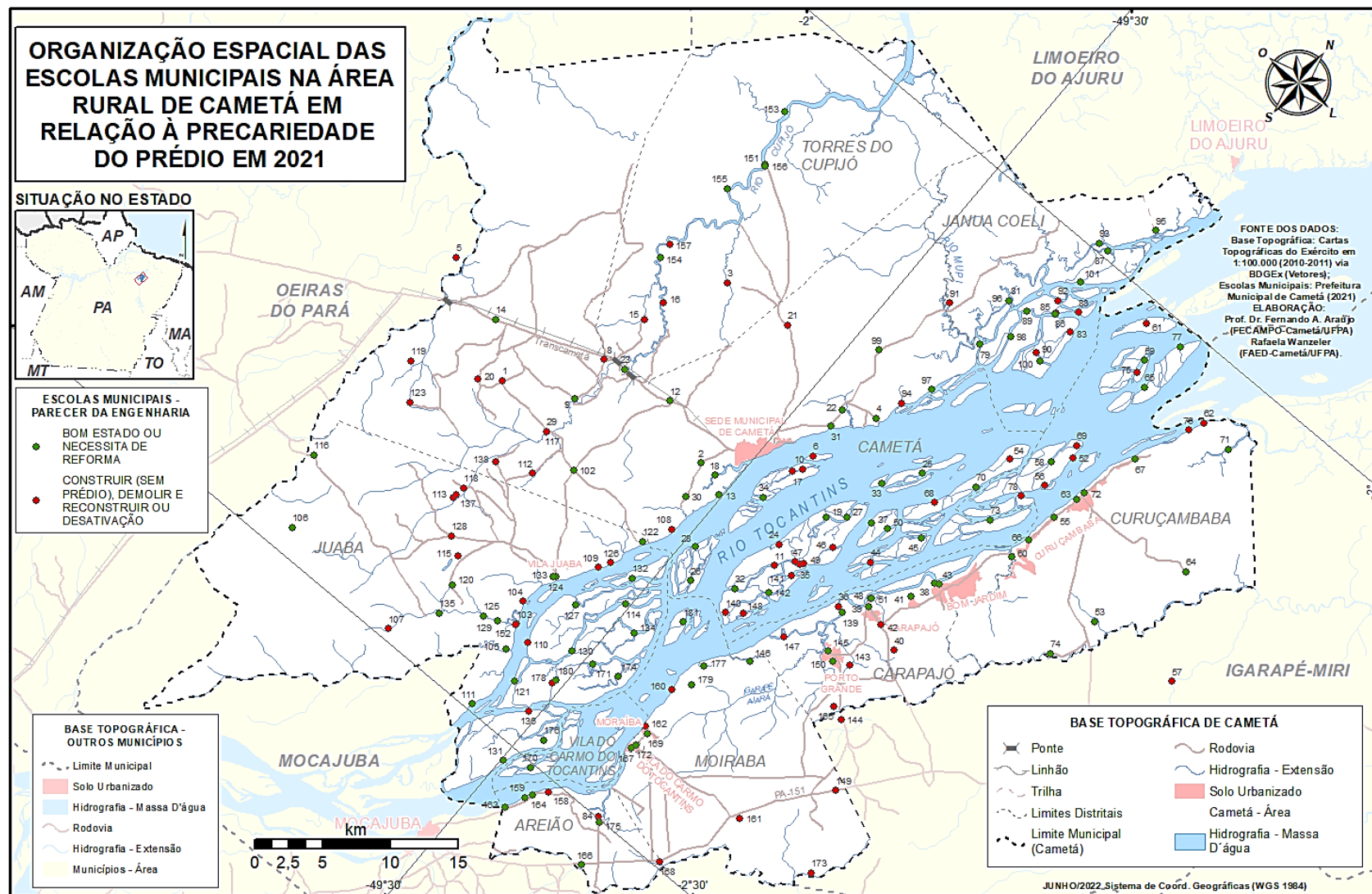


Figura 9 – Mapa da Organização Espacial da Escolas Públicas Municipais na Área Rural de Cametá em Relação à Precariedade do Prédio em 2021.



De acordo com o mapa, cerca de 42,1% das 178 escolas municipais localizadas na área rural de Cametá tem infraestrutura precária, enquanto 57,9% delas não se enquadram nessa classificação. Das escolas consideradas precárias, 40% se localizam na área insular do município, enquanto 36% se localizam na área terrestre oeste, enquanto 20% na área terrestre leste. Com os 4% restante na totalidade das escolas que se localizam fora dos limites municipais de Cametá.

Das escolas aqui chamadas de ribeirinhas pela sua localização, 44,5% delas foram classificadas com um parecer que indica precariedade da infraestrutura, enquanto as “não ribeirinhas” (que estão localizadas apenas adjacentes a rodovias ou em áreas de povoados) tem apenas 26,2% das suas escolas teriam infraestrutura precária.

Apesar de não ser a maioria das escolas municipais da área rural de Cametá, um percentual expressivo delas apresentaram infraestrutura precária e se concentram, principalmente, nas ilhas do rio Tocantins, a sua maioria na sua região central e norte, e na porção terrestre oeste do município, principalmente na sua parte sudoeste - ao longo do alto rio Cupijó e as estradas próximas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a organização espacial das escolas da área rural cametanense, a maioria delas se localizam em função da hidrografia do território cametaense, principalmente nas ilhas e nas margens do rio Tocantins, ao longo da porção central-leste do município, bem como nas margens do rio Cupijó, localizado na porção oeste do município. A quantidade de estudantes matriculados segue essa tendência, tendo sua maioria frequentando escolas “ribeirinhas”. Isso aponta para uma especificidade do acesso à essas escolas, considerando o tipo de transporte utilizado, na dependência de meios hidroviários de acesso.

A quase totalidade das escolas precisam de alguma intervenção infraestrutural, seja por reforma, reconstrução ou mesmo construção do prédio escolar. Entretanto, considerando o grau de precariedade apenas pelo indicador do parecer da engenharia, que, considerando todos os seus limites, indicam que quase a metade das escolas apresentam infraestrutura precária, o que implicaria, em tese, na precarização do processo de aprendizagem dos seus estudantes, bem como no trabalho de seus funcionários, o que poderia ser apontado como um indicador socioespacial de processos de violência estrutural sofridos por estes sujeitos.



De forma mais abrangente e diante do exposto até então, evidencia-se a necessidade de buscar mecanismos para a promoção do enfrentamento à violência não apenas como repressão ostensiva aos seus eventos (que é importante), mas também na promoção de políticas públicas e ações civis que promovam equidade no processo de (re)produção do espaço, seja rural ou urbano, que ataquem as condições da (re)produção da violência indireta e estrutural, e não apenas as suas implicações. Entretanto, essas conclusões ainda precisam de maior investigação e mostram apenas uma representação bastante preliminar da realidade, uma vez que os dados analisados ainda têm possibilidade de passar por análises mais complexas, bem como a serem relacionados com outras fontes, como os dados do censo escolar promovido pelo INEP e outras formas de coletas de dados, como trabalhos de campo e entrevistas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fernando; CHAGAS, Clay Anderson. Segurança Pública, Criminalidade, Violência, e (re)Produção do Espaço Urbano: Uma breve discussão sobre sua relação. **Revista Formação (Online)**, v. 27, n. 51, p. 85–111, 2020.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário de Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARLOS, Ana Fani A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. 1ª (1ª Reimpressão) ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. 1ª (2ª Reimpressão) ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo Castro; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. [S.l.]: IPEA, 2005.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 186–204, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Atica, 1986.
- DOMINGUEZ, Roberto *et al.* **O Estado da Paz e a Evolução da Violência: a situação da América Latina**. Tradução: Maria Dolores Pradez. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- DORNELLES, João Ricardo W. **O Que é Crime?** São Paulo: Brasiliense (Edição eBook do Kindle), 2017.
- GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization**. Oslo : London ; Thousand Oaks, CA: International Peace Research Institute ; Sage Publications, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.



HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **Relatório Divisão Territorial Brasileira - Distrito 2020**. IBGE, , 2021. Disponível em: <https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/divisao_territorial/2020/DTB_2020_v2.zip>. Acesso em: 21 fev. 2022

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo: Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, v. 11, n. 12, p. 57–67, 2008.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, v. 8, n. 3, p. 371–375, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª (5ª reimpressão) ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SEMED-CAMETÁ. **Diagnóstico das Escolas do Município de Cametá**. Cametá: Secretaria Municipal de Educação de Cametá, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

STR-CAMETÁ. **Mapa - Cametá Área Municipal**. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, , 2022. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Mirleide-Bahia/publication/343295790/figure/fig1/AS:918765428551682@1596062156871/Figura-2-Mapa-detalhado-do-municipio-de-Cameta-PA.png>>. Acesso em: 21 fev. 2022